



Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 04 DE OUTUBRO DE 1977.

ANO III

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 194ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1977

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Manoel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quielso Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Adalberto Daros e Aguinaldo Pereira Lima (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Del Ciel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Nelson Buffara, Paulo Camargo e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

OFÍCIO No. 182/77 Curitiba, 04 de outubro de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, "in-fine", da Constituição Estadual, autorização para que o Dr. OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR, Vice-Governador do Estado, possa ausentar-se do País, por aproximadamente sessenta (60) dias, a partir de 12 do corrente mês, a fim de realizar, na Alemanha Ocidental, curso intensivo de administração pública, destinado às autoridades brasileiras, promovido pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional e às expensas desta.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, no dia 30 de setembro p.p., do Sr. OSVALDO MARREZ.

O extinto, membro de conceituada família radicada na cidade de Cambira, era casado com a Sra. Jamile Nacad Marrez e deixa na orfandade 5 filhos menores.

O seu passamento vem de consternar a sociedade de

Cambira, onde o falecido militou no comércio, granjeando o respeito e a admiração, pelos seus dotes morais de excelente cidadão e exemplar chefe de família.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, residente à Av Brasil, no. 630, na cidade de Cambira.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à SANEPAR, consubstanciado em DENÚNCIA E APELO.

DENÚNCIA, no sentido de deplorar as condições em que se encontra o BAIRRO ALTO DO ATUBA, no tocante ao abastecimento de água, com aproximadamente 970 residências utilizando água envenenada conseguida através de poços domésticos, poluídos pelas enxurradas e infiltrações de dejetos orgânicos. O Sr. Joaquim Gregório da Silva, morador à rua Rio Guaporé, 217, esteve hospitalizado como portador da moléstia "para-tifo," contraída por ingerir da água contaminada que supre o bairro. Há mais casos de enfermidade afins.

APELO, no objetivo de reivindicar da SANEPAR que proceda, com emergência, a extensão da rede de água potável para atender a quase 5 mil pessoas residentes no bairro. A água já está no bairro, truncada exatamente na rua Rio Araguaia, esquina com rua Rio Guaporé e na rua Rio Japurá, esquina com a rua Rio Mucuri. Há informações de que já houve uma proposta preliminar da SANEPAR aos moradores, quando a Empresa de Saneamento exigiu Cr\$ 3.800,00 por residência para proceder as ligações. Situação inconcebível, mas que demonstra a viabilidade da execução dos serviços de ampliação da rede.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja enviado expediente desta Casa ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Osiris Stenghel Guimarães, formulando apelo para que seja incluída no Plano Rodoviário Estadual, a pavimentação asfáltica da BR-163, trecho Capanema-Medianeira, sem prejuízo do programa federal com relação àquela rodovia.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A BR-163, trecho Capanema-Medianeira, é de apenas 60 km. Seu asfaltamento por parte do Governo Federal é de possibilidade muito remota, não podendo se permitir que com isto a economia do Município de Capanema fique estrangulada.

Com um tráfego diário de 1.500 veículos, escoando a produção agrícola do município e mais areia e cascalho para as obras de Itaipu, é imprescindível que o Governo estadual promova o asfaltamento daquela rodovia ou pelo menos forneça o projeto final de engenharia, possibilitando ao Governo Federal fazer o asfaltamento a exemplo do que se está fazendo em outras rodovias.

Aquela comunidade faz esta reivindicação há mais de dez anos.

Inúmeros e inegáveis os benefícios que daí adviriam, pois a rodovia interligaria o Oeste com o Sudoeste do Paraná; O Este com o Leste pelo Sul; o Norte e o Sul do Brasil. Além disto, desviará o tráfego, já saturado, da BR-277, pelo itinerário através de Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, União da Vitória, São Mateus do Sul e Curitiba.

Propiciando este instrumento de progresso à Capanema, o Governo Estadual estará apenas se adiantando nas obras, podendo ressarvir-se junto ao DNER, como já se bem fazendo em relação a outras rodovias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN, solicitando-lhes sejam dadas condições de segurança ao tráfego de veículos no trecho da Avenida das Torres, parcialmente concluído.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A imprensa desta Capital, com inteira razão, vem pedindo a atenção de nossas autoridades para que seja procedida a sinalização no trecho da Avenida das Torres parcialmente liberado para o tráfego de veículos.

O trecho em tela, inicia no Capanema, próximo ao Estádio Durival de Brito e atinge a estrada antiga de São José dos Pinhais, no bairro Uberaba.

Tratando-se, praticamente, de nova rodovia ligando Curitiba ao Aeroporto Afonso Pena, composta de duas pistas de rolamento, será a opção lógica para os viajantes que demandarem ou retornarem das praias paranaenses, via Garuva ou mesmo Joinville, Itajaí, Camboriú, Florianópolis etc., cuja saída ou destino seja São Paulo ou Norte do Brasil, e bairros do Capanema, Jardim Social, Cajuru, Bacacheri, Juvevê, Centro Cívico etc.

Para os motoristas e contribuintes dos impostos que propiciaram a construção desse trecho da Avenida das Torres, desde que esta seja devidamente sinalizada e ofereça condições ideais de segurança ao tráfego, o que menos importa são as pompas de uma festiva inauguração, cuja espera das autoridades convidadas poderá atrasar a entrega ao público.

O empreendimento foi vultoso e não se justifica a conclusão das pistas sem a conclusão da sinalização.

Voltando a lembrar que a temporada das praias já se aproxima, pedimos que seja tratado com urgência esse problema, cuja solução é do interesse de todos os paranaenses, dada a importância dessa obra rodoviária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições, requerem após ouvido o Plenário, a inserção em ata, de voto de regozijo, ao Grêmio de Esportes de Maringá, pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol - versão 1977.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1977.

(aa) VALTER PIETRÂNGELO - JORGE SATO - GABRIEL SAMPAIO - RENATO BERNARDI - ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Durante toda a campanha com vistas ao título máximo do futebol paranaense, neste ano de 1977, o Grêmio de Esportes de Maringá, portou-se com elogiável humildade e virtuosa perseverança. Pela vitória, merece os aplausos desta Casa.

Toda a região polarizada por Maringá, densamente povoa-

da e ativa, participante do processo de enriquecimento do Estado, sente-se gratificada, pois esteve presente em todo o desenrolar da campanha, manifestando irrestrita confiança nas possibilidades da representação maringense. Inegavelmente, a "Cidade Canção", sediando magnífico estádio regional, dedicando toda sua fé nas cores do "G.E.M.", tudo fez por merecer essa conquista. Contando com o apoio superior de suas autoridades, de toda sua fervorosa e imensa torcida, da presença em campo de um plantel dedicado e responsável, orientado que é por sua diretoria constituída de homens abalizados e capazes, a representação da cidade de Maringá atingiu o objetivo a que se propôs, tornando realidade o sonho de milhares de maringenses e de toda a região Norte paranaense.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 135/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O art. 171 da Lei número 6174, de 16/11/70, (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO), passa vigorar com a seguinte REDAÇÃO:

"Art. 171 — Ao funcionário que completar 25 anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 anos de serviço, se do sexo masculino, será acrescido seus vencimentos cinco por cento, por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

§ — O benefício do presente artigo, terá vigência a partir da Lei número 6174, de 16/11/1970, nos termos do artigo 75, item I, alínea "a" da Constituição do Estado do Paraná, reajustando-se os proventos da funcionária já aposentada.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

1 — O X Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, reunido em Curitiba, de 22 a 28 de outubro do ano p. passado, houve por bem, discutir e aprovar a TESE denominada "APOSENTADORIA DA MULHER", de autoria do Presidente da Fundação "Casa do Trabalhador" — ex-Deputado Estadual Aldo Laval — conforme exemplar incluso, que se integra a esta justificativa, impresso pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP) e divulgação do respeitoso órgão local "Diário do Paraná", edição de 27 de outubro de 1976, conforme se vê pela fotocópia que a esta se junta.

Mesmo antes, quando do transcurso do ANO INTERNACIONAL DA MULHER, o referido autor, fizera publicar no tradicional jornal "Gazeta do Povo", em sua edição de 21 de setembro de 1975, um trabalho no mesmo sentido que dada a grande repercussão alcançada, foi a requerimento do ex-Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, em inteiro teor transcrito nos Anais da Câmara Municipal de Curitiba.

2 — Por sua vez, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal, destinada ao estudo e defesa dos justos anseios da mulher brasileira, tomou conhecimento da tese em apreço, que foi remetida por intermédio de um dos nobres representantes do nosso Estado, com assento naquela Casa Legislativa.

3 — Eis que, agora, conforme amplo noticiário inserido pela Imprensa do País, S. Exa., o Sr. Presidente da República — General Ernesto Geisel, acaba de encaminhar ao Congresso Nacional, uma Mensagem, no sentido de que se cumpra o texto Constitucional, que consagra ao homem e à mulher funcionários públicos, o mesmo direito por ocasião de sua aposentadoria, acatando o entendimento contido na exposição de motivos formulado pelo Diretor do DASP, nos seguintes termos: "Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A Constituição de 1967, em seu artigo 100, item III, § 1º, reduziu para 30 anos de serviço a aposentadoria voluntária

destinada às mulheres funcionárias públicas, e que foi o que foi ratificado pela Constituição de 1969, § único do artigo 101.

Concomitantemente, não ocorreu a adequação da Lei Ordinária (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União) — Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, para que o benefício se efetivasse em toda a plenitude, como reconheceu a douta Consultoria Geral da República, nos pareceres números 604-H de 05/12/67, e 767 de 20/11/68.

É que embora a Constituição reduzisse o prazo de aposentadoria voluntária da mulher funcionária pública, a concessão de vantagens, em razão de exercício, por determinado prazo, de cargo em comissão e função gratificada, prevista no artigo 180 da Lei 1711 de 28/10/1952, continuou na dependência de contar a mulher os 35 anos de serviço público; como estipulado nesse dispositivo da Lei Ordinária.

O número de reivindicações a esse respeito, chegando ao conhecimento de V. Exa., sensibilizou a tal ponto, que determinou estudos do DASP, para que a mulher funcionária pública, possa obter o benefício integral com a redução de tempo de serviço na passagem voluntária para a inatividade."

4 — Logo, parece-nos ser oportuna a reparação imediata, também a nível Estadual da anomalia que ocorre quando facultada a legislação a aposentadoria da mulher após 30 anos de serviços, porém não prevê o acréscimo anual de cinco por cento sobre os respectivos vencimentos desde quando completa ela 35 anos de funções públicas.

Esta omissão, portanto, tem prejudicado a servidora tanto na percepção dos seus vencimentos, quanto dos proventos de aposentadoria, forçando-a a completar o tempo de 35 anos para então se aposentar com a vantagem dos 25 por cento de adicionais.

5 — Como se vê, o presente projeto não vem inovar, mas sim, reconhecer um justo direito das servidoras, que tem contribuído ao longo dos anos com a administração estadual na perseguição das metas progressistas.

Diante destas deduções e por outras razões que poderão ser levantadas nas luzes do saber dos nobres Pares, esperamos seja o presente plano de lei aprovado pela Casa.

PROJETO DE LEI NÚMERO 136/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública a "Creche Lar Escola Saron", com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

"A Creche Lar Escola Saron", da cidade de Curitiba, é uma associação civil, de assistência e promoção social, constituindo uma obra filiada e mantida pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, e tem por finalidade a proteção e assistência à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança, independente de raça, cor, fé religiosa, credo político ou convicção filosófica; sendo justo portanto, seu reconhecimento de utilidade pública, para o que espera a acolhida dos nobres Pares por ser de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pudemos estar presente à sessão de ontem desta Casa, a qual foi suspensa em homenagem póstuma ao ex-Deputado Lauro Müller Soares; apresentaremos hoje um voto de

respeito e de saudade ao prezado amigo e companheiro, Deputado Lauro Müller Soares, falecido em 02/10/77. Estávamos ausente, não podendo comparecer aos seus funerais.

Lauro Müller Soares, médico humanitário, há mais de 40 anos em toda a nossa região. Fundador do extinto Partido Social Democrático de Porto União - Santa Catarina; Prefeito naquele município, Deputado Estadual pelo extinto PTB, o qual exerceu o seu mandato nesta Casa Legislativa. Era nosso companheiro do extinto Partido Trabalhista no Paraná; Vice-Prefeito, eleito pela ARENA, em União da Vitória. O nosso respeito, a nossa amizade, por aquele grande amigo e grande companheiro.

Queremos nos congratular com a Casa, pela suspensão dos trabalhos, em data de ontem.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência

tem a satisfação de registrar a presença no Plenário, do Sr. Deputado Fernando Gama, da bancada do MDB; da mesma forma, que registra com satisfação, a presença do Sr. Albino da Silva Rebello, DD. Presidente do MDB no Município de Inácio Martins.

Concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já falamos aqui deste plenário, a respeito de uma estrada que liga Capitão Leônidas Marques, ou melhor, o Sudoeste e Oeste do Paraná, passando por Leônidas Marques e atingindo a BR-277 na altura do Distrito de Santa Teresa em Cascavel.

Ocorre, Sr. Presidente, que se trata de um projeto de lei, apresentado por este Parlamentar ainda em 1975, e que recebeu o veto de S. Exa. o Governador do Estado.

Reapresentado o projeto no ano passado, novamente aprovado por este douto Plenário, e somado às reivindicações constantes não só deste Deputado, mas, das comunidades a que servirá esta estrada, além, do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que tem dado irrestrito apoio a esta idéia e a esta reivindicação, o Governo do Estado houve por bem, levar a efeito este projeto de lei embora o tivesse vetado na sua expressão formal.

Ocorre, que recentes polêmicas se levantaram, principalmente, sobre o trecho dos dez quilômetros, na ligação ou na junção desta Rodovia, com a BR-277.

Pelo projeto que apresentamos e que foi enfatizado por inúmeras vezes, em pronunciamentos, em posicionamentos que anotamos aqui nesta Casa, esta estrada haveria de sair na confluência da BR-277 exatamente no Distrito de Santa Teresa, que é considerado um dos maiores distritos do Município de Cascavel.

A comunidade Santa Teresense, representada, esteve inclusive em Palácio, acompanhada do Deputado Alfredo Gulin, e manifestações de várias naturezas se fizeram e este Deputado esteve inclusive em audiência com o Sr. Governador do Estado, de quem pediu interferência para atender aquele povo. Entretanto, o Governo do Estado do Paraná, que se prontificou pessoalmente, em resolver a polêmica levantada por alguns homens que colocaram suspeição em nosso trabalho, fazendo uma ligeira confusão entre a nascente de rio que divide o Parque Nacional às terras de propriedades particulares, o chamado Rio Gonçalves Dias, querendo que um afluente fosse confundido com este.

Até hoje S. Exa. o Governador não deu nenhuma atenção ao que se prontificou a fazer. Por força desta omissão estivemos em Brasília a serviço...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência solicita ao eminente Deputado Gabriel Manoel que não interrom-

pa ao Deputado que se encontra na tribuna. Se desejar, a Presidência o inscreve posteriormente.

O SR. GABRIEL MANOEL. — Pedi, pela ordem, regimentalmente. Se V. Exa. acha que não convém, declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

Quero adiantar ao Deputado Gabriel Manoel que não foi nenhuma atitude desairosa. Pelo contrário, estou fazendo justiça e dela não abduco em nome da verdade.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Governo do Estado do Paraná, deixando na omissão uma incumbência que seria de sua atribuição de ofício — solucionar esta questão — deixou de resolver com a chefia ou com a Presidência do IBDF, a divisa do Parque Nacional com terras particulares. E foi por esta razão, em audiência com o Sr. Paulo Berute, juntamente com o Deputado Federal Paulo Martins da Costa Marques, estivemos dois dias em audiências com aquele Presidente e assessores, quando fomos esclarecidos que nenhuma autoridade do Estado do Paraná, seja Governo do Estado, seja Secretário de Transportes, seja Chefe de Departamento de Estradas de Rodagem, nenhuma interferência houve para que se solucionasse a questão levantada de que a área do Parque Nacional pertenceria, ou melhor, que a terra de Santa Teresa pertencia ao Parque Nacional do Iguaçu ou nele estaria cravada Sta. Teresa.

Foi neste sentido que dirigimos uma correspondência em conjunto com o Deputado Paulo Marques e que a Presidência do IBDF respondeu nos seguintes termos...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos)

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. clemência pelo meu horário porque fui interrompido e gostaria que V. Exa. me desse um minuto para concluir. (Assentimento).

Obrigado.

"Em atenção à consulta subscrita por V. Exa., posso informar que o ponto extremo do Parque Nacional do Iguaçu se encontra onde o Rio Gonçalves Dias, logo ao descer de sua principal cabeceira, é atravessado pela Rodovia BR-277, trecho Medianeira-Cascavel.

A área urbana da vila de Santa Teresa confina com os terrenos do Parque Nacional do Iguaçu e, assim, com eles não se confunde.

Quanto à torre de vigilância e à casa de guarda-parque a que o documento de fls. 2 e 3 se refere, foram elas recém instaladas junto àqueles limites, em terras do Parque Nacional do Iguaçu".

Isto é, do requerimento formulado pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Paulo Marques.

E anteriormente, Sr. Presidente, o Sr. Secretário dos Transportes num documento respondendo ao Sr. Presidente de Cascavel, istado a se posicionar pelo Vereador Moretti, disse que Santa Teresa é servida pela BR-277 e que a dificuldade de se estabelecer um projeto de interação de ambas as margens oneraria o custo da obra, pelas condições geométricas pouco satisfatórias no traçado pleiteado, que passaria em áreas cultivadas, onerando a desapropriação, e, por último, o seu cruzamento com o Rio Gonçalves Dias acarretaria uma Obra de Arte Especial, e principalmente, no que se refere à travessia do Parque Nacional do Iguaçu.

Isto declina um desconhecimento profundo da área a que a estrada haverá de servir. Lamento e deixo aqui, mais uma vez, o meu protesto porque faz mais de quinze dias, Sr. Presidente, que estou à procura de um diálogo com a Secretaria de Transportes e não é possível que se espere até que se ultimem as licitações para a conclusão dessa estrada. E não há como aceitar o desvio de uma estrada dessa envergadura feito à distância e deixando de servir à população de Santa Teresa.

Não posso compreender e deixo aqui, em nome daquela população o meu protesto tal e qual se fez pessoalmente a S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

E mais, Sr. Presidente, o que se postula é o asfaltamento da estrada já existente há quase 30 anos e isto contraria e vulnera o argumento do Sr. Secretário de Transportes de que oneraria os cofres públicos com desapropriações. Só haverá desapropriações se desviarem a estrada como alguns interesses menores pretendem.

Espero que o bom senso e o respeito das autoridades do setor pela população reclamante não cometa injustiças para evitar desdobramentos de episódios que gostaria de não revelar por motivos éticos.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Com o devido respeito, queremos dizer a esta Casa que não somos chacoteiros.

O Deputado Fidelcino Tolentino exorbitou, talvez no seu entusiasmo, em dizer duas grandes inverdades. Dizendo que os homens foram até com o Deputado Alfredo Gulin; até com o Deputado Gabriel Manoel. Chegaram, Sr. Presidente, até com o Deputado Alfredo Gulin, e o chacoteiro Gabriel Manoel, que não tem nada com a estrada de Santa Teresa, que não conhece esta estrada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Da mesma forma com que a Presidência assegurou a palavra a V. Exa, quando estava na tribuna, a Presidência assegura a palavra ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, há uma ligeira interpretação errada do que eu disse; não foi isso. Acho que o Deputado Gabriel Manoel não entendeu. Deu motivos à chacota; não aqui, mas em jornais da minha região. Só isso.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito bem, Sr. Presidente, mas não chacota do Deputado Gabriel Manoel, e os moradores do Grande Município de Santa Teresa, da grande comarca de Cascavel, foram acompanhados até do Deputado Gulin. Isto, Sr. Presidente, é uma discrepância. E queremos dizer ao ilustre Deputado Fidelcino Tolentino que se alguma coisa falamos, foi em troca de outras chacotas do Sr. Deputado. Não procuramos feri-lo e tivemos a humildade de vir aqui a esta tribuna e pedir desculpas. Não foi chacota que fizemos, foi apenas usando de uma amizade que pensamos ser sincera. E até, o Deputado Gulin pleiteia aquela estrada, e até o Deputado Gabriel Manoel, faz chacota numa estrada que ele não conhece. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

A Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, lançou, no início desta semana, uma campanha de esclarecimento ao povo brasileiro.

Campanha, evidentemente, patrocinada pelo Governo Federal, cujo sentido, a meu ver, seria orientar o consumidor no seu relacionamento com o comércio. Induzindo o cidadão, através de uma campanha publicitária, a rejeitar abusos, obter melhores preços e assim agindo, formar uma frente nacional, de combate à alta do custo de vida.

Não transpiraram maiores detalhes ainda, de como será desenvolvida esta campanha publicitária no seu todo. Mas desde já se comenta que a todos será dado um conselho: pechinche. É o conselho que a Assessoria de Relações Públicas, da Presidência da República dá ao povo brasileiro.

Quer-se, a meu ver, a institucionalização da pechincha, como praxe de comércio. O que eu acho que, partindo do Poder Público, parece-me uma confissão de impotência, de fracasso e de inutilidade dos órgãos reguladores e fiscalizadores dos preços.

A pechincha a meu ver é um relacionamento vendedor-consumidor que presume de antemão uma desonestidade na fixação do preço inicial, cotado por cima, sempre por cima, para permitir uma possível redução.

É praxe tradicional, de mercados primitivos, e desapareceu da vida moderna pelo desperdício de horas de trabalho que significa, e na impossibilidade de prevalecer no negócio de escala.

Imagine-se que um grande magazine operasse em todas suas ofertas com preços flutuantes, e que cada transação se processasse em forma de regateio, num longo diálogo de ofertas e contra-ofertas entre caixeiro e freguês.

Pretender que o comércio brasileiro retorne à condição de mercado-persa ou feira de bugigangas, é uma idéia infeliz, que só traz estímulo ao comerciante de majorar exageradamente os seus preços para eventualmente poder atender a um cliente pechincheiro. E ao que não pechinchar, impõe-se o sobrepreço e tudo bem.

A futilidade e até a graça de pretender-se criar a pechincha como instituição de defesa ao consumidor no atual estágio da mercadologia, são, entretanto, oportunidade de aprofundamento num tema sério da vida nacional: a inação do poder público na defesa ao consumidor brasileiro.

É bastante recente a denúncia levantada por setores de responsabilidade sobre a indústria farmacêutica, da qual se depreende que aqui se consomem medicamentos considerados nocivos em outros países, agravando um quadro onde já se constata o uso do brasileiro como cobaia de novos produtos ainda não autorizados no País de origem das pesquisas; o atraso no lançamento, aqui, de produtos novos para substituir os já ultrapassados; a multiplicidade de rótulos e a adição de elementos desnecessários para burlar a política de preços; a importação de tecnologia e componentes desnecessários ou cotados artificialmente para mascarar remessa de lucros; a omissão em produzir aqui elementos básicos, onerando o País com importações que poderiam ser facilmente substituídas.

Em termos abrangentes, podemos dizer que o Brasil não estruturou sua indústria farmacêutica de forma conveniente, resultando daí graves riscos para a própria segurança nacional, porque coloca-se em jogo a saúde da nação, não bastasse o saque ao seu bolso.

O mesmo podemos dizer da indústria química em geral, que opera com importados não substituídos por interesse das organizações transnacionais do setor. O fato mais recentemente exemplificado no Senado Federal, tomando-se por indicativo a indústria do couro. Sai o couro cru das fazendas ao mesmo preço de cinco anos atrás e chega ao consumidor trinta ou quarenta vezes mais caro, sem que os cortumes tenham aumentado seus lucros. Toda a rentabilidade do setor é carregada para os monopólios de componentes químicos, que impõem preços sem sofrer restrições.

Temos outras denúncias já apuradas, todas graves: a má qualidade das chapas usadas pela indústria automobilística, fazendo com que a ferrugem provoque um prejuízo estimado em 80 milhões de cruzeiros anuais no acervo brasileiro de veículos. A insegurança e o alto índice polutivo desses mesmos veículos, pela não adoção das exigências vigentes em quase todo o mundo. E assim por diante.

Analisando-se setor por setor da produção, vemos prevalecer sempre, sempre, o interesse do lucro, em detrimento do interesse social, parecendo que interessa mais ao Governo consociar-se a esse lucros, através do crescimento da receita tributária, do que promover o bem estar de todos os cidadãos

envolvidos nessa situação. E é inegável que, o Governo brasileiro, através de uma política tributária leonina, parece que se associa às chantagens que as multinacionais vêm praticando no País, através de suas subsidiárias, porque, parece, interessar ao Governo brasileiro, tão somente o aumento da sua receita tributária.

O mesmo tipo de enfoque é dado às atividades empresariais no que diz respeito aos preços.

Onerando-se o consumidor final, em nome de um expansionismo de produção que traduz apenas o exagero do lucro, gerando lucros maiores ainda, numa bola de neve veloz que esmaga o indefeso e geralmente alienado consumidor.

Vejam-se, como sintoma disto, os balanços. Os balanços que as instituições bancárias do País encabuladamente publicaram, balanço do primeiro semestre de 77; publicaram encabuladamente, constrangidas com os lucros desmesurados, nababescos, que foram obrigadas a revelar ao público.

E quem pagou este lucro?

Pagaram este lucro, os consumidores finais, dos bens gerados e comercializados pelo complexo industrial e comercial, que recorreu ao crédito bancário, que, sem este recurso, a indústria nacional já teria falido há muito tempo.

Outra coisa não é o sistema atual de vendas a crédito, do que uma grande usura, chegando-se ao ponto de interessar mais, aos comerciantes, ter uma fonte de remuneração exagerada do seu capital, que propriamente remunerar-se, através de vendas à vista, pelo papel que cumpre, de intermediária entre a produção e o consumo.

Daí a reação, compreensível, das associações comerciais do País, notadamente a de São Paulo contra a aprovação do projeto de lei do Deputado Herbert Levi, que obriga os comerciantes a afixarem o preço à vista, e o preço a prazo, mais os juros, em cada produto exposto e ofertado ao público. É evidente que não interessa ao comércio, um projeto regulador da natureza daquele apresentado pelo Deputado Herbert Levi, da bancada paulista. Isto quer dizer que, geralmente, o lucro do giro do capital é maior do que o lucro intrínseco da intermediação comercial.

Nós não estamos aqui, abrindo guerra às multinacionais, apenas se encaixam na exemplificação, porque assumem, hoje, a quase totalidade dos setores de corte e alta rentabilidade da indústria e do comércio.

Nós não pretendemos tampouco, investir contra o lucro porque achamos, também, que, numa empresa, o vergonhoso não é o lucro, vergonhoso é o prejuízo. Queremos, isto sim, apelar para que haja seriedade onde, até hoje só vimos omissão. O problema da defesa ao consumidor brasileiro não está pendente da sua capacidade de pechinchar como matreiramente pensavam alguns Ministros da área econômica. Está à espera, isto sim, de uma legislação mais profunda, de cunho social, consentânea com os interesses da Nação, e não apenas com o expansionismo econômico.

É bom crescer, é necessário crescer, é preciso desenvolver mais, é essencial acima de tudo, fazê-lo corretamente, com justa distribuição de encargos e retribuição de méritos. Desenvolver, eu acho que é justo mas, sem que isto custe a pele ao povo, esfolado por um sistema e uma mentalidade que o coloca inerme, indefeso à sanha de quantos pretendam explorar os seus minguados recursos, ou vencimentos.

Eu acho que o Governo brasileiro, através dos seus Ministros da sua área econômica, através da sua Assessoria Especial de Relações Públicas, ao invés da campanha pela pechincha, devia adotar outra técnica, outra atitude, porque espera-se de um Governo revolucionário, movido por interesses altamente patrióticos, que origine como um dos seus maiores legados ao desenvolvimento nacional, uma legislação justa, uma legislação eficiente, executada e fiscalizada à risca, amparando o que chamamos de consumidor, em corolário do que aqui expusemos,

como opinião meditada.

Solicitamos, Sr. Presidente, depois de aprovado pela Casa o nosso requerimento, o envio de cópia deste nosso pronunciamento aos Srs. Ministros do Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio, como autoridades de cujo trabalho conjunto poderia adotar uma política mais coerente em defesa ao consumidor, formulado em legislação própria e de execução efetivamente fiscalizada. Poderia não, poderá, desde que os Srs. Ministros demonstrem a sinceridade em acertar; desde que os Srs. Ministros tenham a sensibilidade de verificar que há urgência na modificação da atual legislação brasileira, para permitir o desenvolvimento sadio da indústria nacional, que hoje está sufocada, alienada pelas multinacionais.

Se o Governo Brasileiro não modificar efetivamente a legislação no setor, nós teremos, dentro de menos de uma década, o domínio total pelas multinacionais, da indústria nacional.

Pretende a campanha a ser divulgada perante o público conscientizar, para a necessidade de conter preços.

Eu acho que se deve conscientizar, em primeiro lugar, aqueles que detêm a capacidade, não só capacidade, mas que detêm a obrigação de disciplinar a forma como tais preços possam ou devam ser cobrados. Acho que o Governo Brasileiro invés de lançar essa campanha à população, deveria, através dos Srs. Ministros da área econômica, tomar outras medidas de amparo ao consumidor, consubstanciadas naquele trabalho extraordinário que fez o Congresso Nacional, através de uma CPI, das multinacionais.

Ali os Srs. Ministros da área econômica encontram material farto, material válido, para modificar uma legislação que hoje vem, na realidade, causando embaraços à indústria nacional, que só embaraços, mas levando a indústria nacional ao caos financeiro, porque não dizer, à insolvência, porque a continuar a política de juros estabelecida no País, pelos Ministros da área econômica; a continuar a entrada livre do capital estrangeiro, a aquisição do controle acionário das melhores indústrias nacionais por parte do capital estrangeiro, e agora uma nova técnica usada: quando as multinacionais não conseguem adquirir o controle acionário, estão comprando equipamentos e máquinas das principais indústrias, alijando-as, dessa forma, do mercado nacional.

Dá, Sr. Presidente, o nosso pronunciamento, o qual, se aprovado pela Casa, requeiro que se envie cópias aos Srs. Ministros da área econômica.

Era o que tínhamos a dizer. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, Deputado Luiz Roberto Soares, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A Liderança cede o horário ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, dada a impossibilidade de falar no encaminhamento da votação do requerimento apresentado pelo eminente Deputado Valter Pietrângelo em que pede algumas informações à Secretaria de Educação. Eu fui colher, junto à Secretaria de Educação e que o Professor Jair Ferreira que vinha e, vem lecionando no Município de Pérola, lá no Ginásio Estadual Nestor Victor. Esse professor, no ano passado, lecionava 31 aulas: — 15 aulas de português e 16 aulas de inglês. Neste ano, ele pleiteou mais 13 aulas, o que lhe foi negado pela direção do estabelecimento, e que foram tecidos comentários com referência a uma ata lavrada naquele estabelecimento de ensino.

Pude verificar na Secretaria de Educação que, quando se encaminha proposta de aula, vem a proposta de aula e que não acompanha a ata do estabelecimento da decisão de cada esta-

belecimento, porquanto, essa ata não faz parte da proposta de aula.

Estranho porque fiz parte da CPI da Educação, junto, depois como relator do Estatuto e o que mais se criticou, foram as 44 aulas. Que era um absurdo um professor ministrar 44 aulas. Esse professor está com 31 aulas. Eu não vejo, aí, perseguição política nenhuma, quando não foram concedidas mais 13 aulas e esse professor. Ele continua com as suas 31 aulas; se houvesse perseguição, deveria o diretor do estabelecimento ter procurado um professor licenciado que teria mais direito em lecionar essas aulas, porque se um professor licenciado chegar ao estabelecimento, ele tem mais direito e, poderia tirar as aulas do professor. Aí eu poderia qualificar como uma perseguição, mas, esse professor continua com essas aulas. O que não foi, é concedido mais aulas a esse professor. Mas ele continua com essas aulas e, por isso, eu não vejo perseguição ao Professor Jair Ferreira que continua no estabelecimento como estava antes, com os seus vencimentos e, hoje, com o preço mais elevado do que era no ano passado.

Essas as informações que queria trazer neste momento.

O SR. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte que me concede o eminente Vice-Líder da ARENA e agradeço a sua preocupação em conceder tais informações. Mas, eu gostaria de dizer a V. Exa. que eu pedi informações bem mais amplas no requerimento que ainda está em pauta para ser votado e V. Exa., apenas, me traz informações do número de aulas que o professor Jair Ferreira, atualmente leciona.

Outro detalhe, Sr. Deputado Gilberto Carvalho, eu não disse, absolutamente, não afirmei, não fiz um pré-julgamento, dizendo que há perseguição política e tal. Eu apenas disse, na justificativa do requerimento, que pela leitura da ata que faço referência e tenho a ata comigo, e ressalvo, inclusive, que apesar da ata não ser clara, poderia se entender a interferência política e tal, na direção daquele estabelecimento. Claro, não fiz o pré-julgamento. Fui, efetivamente, em busca das informações, estou querendo ir em busca das informações exatamente para poder fazer o meu julgamento. Eu quero deixar bem claro isso, não posso concordar quando V. Exa. afirma que nós, no pedido de informações enfatizamos que exista essa política partidária, essa politicagem, essa perseguição pela Direção do Colégio Nestor Vítola.

Outro detalhe: "Eu não sei porque razão se negar ao professor Jair Ferreira as quarenta e quatro aulas. Afinal de contas a inflação está aí de forma incontrolável. O professor já é um injustiçado, porque recebe um salário até indigno e efetivamente se exige que o professor trabalhe mais. O trabalhador brasileiro é assim. Jamais se lhe dá um "status" de vida melhor. Ao contrário, se ele quiser ele tem que trabalhar bem mais, dormir menos, comer menos e etc.

Então, eu não sei porque razão se negar ao professor Jair Ferreira o teto máximo daquilo que ele poderia dispor legalmente para poder, quem sabe, conseguir sobreviver com alguma dignidade.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, não posso concordar com V. Exa., quando diz que o professor é injustiçado com vencimento irrisório, porque o Paraná é um dos Estados que está melhor remunerando o professor suplementarista. Quanto a esses dados que trouxe, incompletos, fiz questão hoje de frisar, o número de aulas que o professor mandou ele dar às aulas que ele vinha ministrando.

V. Exa. apresentou este requerimento já no final da semana passada e, por telefone, ontem eu procurei colher esses dados. Mas ainda espero poder voltar, ou me dirigir à Secretaria de Educação para conseguir cópia desta reclamação apresentada pelo professor Jair Ferreira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar, que se encontra nas tribunas de honra, desta Casa, o Sr. Manoel Neto de Lima, acompanhado do Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, líder político do Município de Mariluz.

Consulto a liderança do MDB, na pessoa do Deputado Trajano Bastos, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Havendo declinado, consulto o Presidente da Casa, Deputado Ivo Thomazoni, se quer reassumir a Presidência.

(REASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO IVO THOMAZONI).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 109/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 125/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Campo Largo, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 288/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 205/76, aprova prestação de contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1975. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 289/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 216/76, aprova prestação de contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1974. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 290/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 113/77, aprova prestação de Contas da Fundação Universidade Estadual de Maringá, referente à aplicação de recursos do Poder Legislativo do Estado do Paraná, para concessão de Bolsas de Estudos a alunos matriculados naquele estabelecimento durante o exercício de 1975. Parecer FAVORÁVEL da CTC., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 291/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 395/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandirituba, objetivando reparos no prédio da Casa Escolar Estadual João Camargo. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 292/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 407/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaratuba, objetivando reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, a Agência de Rendas, o Grupo Escolar e o Posto de Puericultura local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 293/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 417/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Tomé, visando obras de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Professor Pedro Fécchio", e a Escola Rural "Ney Braga", daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 294/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 418/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Administração e o Município de São Jerônimo da Serra, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 295/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 431/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 296/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 434/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palotina, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "Joaquim Monteiro Martins Franco", na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 297/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 78/77, ex-Proposição número 438/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Ubiratã, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 298/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 86/77, ex-Proposição número 450/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 299/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 454/77, aprova o convênio

celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Administração com o Município de Grandes Rios, objetivando reparos em próprios estaduais localizados naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 300/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 457/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mariópolis, objetivando obras de reparos no prédio do Grupo Escolar de Mariópolis, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 301/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 464/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Tiradentes e a Unidade Escolar de primeiro grau, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 302/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 467/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Tomé, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "Santos Dumont". Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 303/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 89/77, ex-Proposição número 472/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 304/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 94/77, ex-Proposição número 475/77, aprova termo aditivo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 63/77, de autoria do Deputado Egon Pudell, que reconhece de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Vital Brasil", do Grupo Escolar Vital Brasil, com sede em Vera Cruz do Oeste, Município de Céu Azul. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 63/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica reconhecida de utilidade pública a Associação de Pais e Professores Vital Brasil, do Grupo Escolar Vital Brasil, com sede e foro em Vera Cruz do Oeste, no Município de Céu Azul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1977.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Como o próprio nome revela, trata-se de uma instituição que tem a finalidade de desenvolver uma aproximação mais íntima dos Professores, pais e responsáveis pelos alunos, cooperando na integração destes no meio social e na integração da escola e da família na comunidade. Cabe-lhe, também, face a espécie, apoiar as campanhas levadas a efeito pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, para o que destacamos a promoção de conferências, círculos de estudos, supervisão do material assistencial e do material destinado ao Programa de Alimentação Escolar, enfim, todas as atividades que revertem em favor do educando, da escola, da família e da comunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 63/77

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei número 63/77, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores Vital Brasil", do Grupo Escolar Vital Brasil, de Vera Cruz do Oeste, Município de Céu Azul.

Analisando-se o processo, a justificativa que o acompanha, e a documentação anexa, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais, exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 65/77, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo transferir a sede da Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio para o Município de Colorado. Pareceres favoráveis da CCJ., e CIP., por unanimidade.

PROJETO DE LEI NÚMERO 65/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a sede da Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio para o Município de Colorado.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Colorado é a sede da Comarca a qual pertence o Município de Santo Inácio. E é, por isso mesmo o centro de irradiação de toda a região, justificando-se assim plenamente a pretendida transferência, razão pela qual esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis. Além do acima exposto, temos a acrescentar, reforçando esta nossa pretensão que ora propomos, que o Município de Colorado se destaca como Centro Geográfico dos Municípios da Inspeção que ora se acha sediada em Santo Inácio, possuindo ligação asfáltica, agência do Banco do Estado, que efetua o pagamento do professorado daquela região, agência do Banco do Brasil e sediará brevemente o Hospital sub-regional do FUNRURAL.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 65/77

1 — Objetiva o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, autorizar o Poder Executivo a transferir a sede da Inspeção Regional de Ensino do Município

de Santo Inácio para o Município de Colorado.

2 — O referido projeto vem articulado e justificado, em obediência ao que determina o artigo 123, do Regimento Interno.

3 — Trata-se de mera autorização legislativa, razão pela qual entendemos não ferir qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa apresentada pelo ilustre autor do projeto.

4 — Assim, pois, somos pela aprovação do plano de lei ora em exame.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1977.

(aa) MUGGIATI FILHO — Presidente

OSVALDO MACEDO — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei número 65/77

I — O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo, visa transferir a sede da Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio para o Município de Colorado, sede da Comarca.

II — Examinando cuidadosamente a justificativa que acompanha o projeto, podemos constatar ser válida a pretensão do autor do plano de lei, tendo em vista que a instalação da aludida Inspeção deva ser na sede da Comarca, que oferece melhores condições de trabalho e o bom desenvolvimento do Ensino naquela região.

III — A douta Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou favoravelmente, alegando tratar-se de mera autorização legislativa, ficando portanto, na conveniência e oportunidade do Chefe do Poder Executivo, sancionar ou rejeitar a matéria.

IV — Assim sendo, e por não haver qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, opinamos pela aprovação do projeto em estudo.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em

(aa) WERNER WANDERER — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O anteprojeto de lei do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva que propõe a transferência da sede da Inspeção Regional de Ensino de Santo Inácio para o Município de Colorado, independente de seu valor intrínseco, deve trazer para esta Casa alguns pontos de reflexão porque houve uma estruturação da educação no Paraná no ano de 1961, quando estava à frente daquela Secretaria o então Secretário Jucundino da Silva Furtado que, objetivando a interiorização do poder decisório da Secretaria de Educação que indiscutivelmente é o órgão estadual que congrega o maior número de funcionários públicos, previa a divisão do Paraná em algumas dezenas de Inspeções Regionais. Que, à semelhança de micro-regiões, poderiam transferir para o Interior ao nível secundário, o poder decisório de diversas inspeções do setor de educação.

E assim foram criadas as inspeções regionais de ensino. Que, na mesma ocasião em que a Secretaria de Educação criava as inspeções regionais de ensino, ela deveria, na sequência normal, criar Delegacias Regionais de Ensino que funcionariam a rigor como sub-secretarias de Estado para os assuntos de educação.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passado o ano de 1961, a segunda parte da implantação deste programa administrativo no setor educação. Entretanto, não foi comple-

tado. Seria a implantação das Delegacias Regionais de Ensino.

E hoje nós encontramos a Secretaria de Educação do Estado tão estrangulada pela sua burocracia como estava há 16 anos atrás. Acontece também que de 1961 a 1977, mudou muito, mas mudou muito mesmo, a paisagem social e econômica do Estado do Paraná.

Muitas cidades que na oportunidade, em razão de um determinado tipo de ocupação no espaço, por uma alternativa de produção econômica, haviam sido escolhidas como sedes de inspeções regionais na época, justificando, esta visão administrativa.

Passados os 16 anos, o panorama modificou-se com a erradicação em massa dos cafezais, com a ampliação de módulo rural médio, aumentando-se inclusive a média fundiária do Paraná, com a mecanização intensa, com a evasão da população rural. E hoje, em muitos aspectos, parece-me ultrapassada a divisão feita nas inspeções regionais de ensino. E neste caso específico, de Inspeção Regional de Ensino de Santo Inácio.

Parece-me que é um exemplo típico desta situação de ultrapassagem, no tempo. Hoje indubitavelmente, Colorado polariza toda aquela região do Vale do Paranapanema. É sede de comarca; sede dos melhores equipamentos urbanos e dos equipamentos que estimulam a vibração e a pulsação de toda aquela região. Apenas no setor educacional, os moradores da Comarca de Colorado, devem dirigir-se à Santo Inácio, município integrante da mesma comarca, para fora do centro da comarca, buscar um poder decisório que logicamente deveria estar na sede da comarca.

Acho que o projeto de lei do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, atende a uma correção de uma distorção acontecida no tempo. Mas, não seria interessante que esta Casa tivesse apenas e tão somente uma correção de uma distorção isolada, qual seja a da micro-região, polarizada por Colorado. Era hora que S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado procurasse, através de seus técnicos, através de um novo levantamento da real paisagem do Paraná, o redimensionamento da divisão administrativa da Secretaria de Educação e Cultura, criando, Inspeções Regionais, onde a ocupação do espaço se fez aceleradamente, como no caso do Oeste e do Sudoeste do Paraná. Aliviando a carga excessiva de determinadas inspeções regionais, como é o caso da trigésima segunda inspeção de Maringá, que não suporta mais o ônus de atender 8 municípios; e municípios de uma expressão muito grande, como é o caso das comarcas de Maringá e Mandaguçu, englobando além disso, mais 6 municípios.

E, passados 16 anos, num Estado que apresenta uma dinâmica de progresso e de desenvolvimento tão grande quanto o Paraná; era hora, no momento em que votamos e votamos favoravelmente com convicção e com conhecimento de causa, neste projeto do Deputado Quielise Crisóstomo. Mas era hora também de se alertar as autoridades da educação no Paraná, para um redimensionamento da divisão administrativa das unidades de descentralização da administração escolar no interior. E, enfatizando ainda junto ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, a necessidade premente, desde que se deseje a descentralização da administração educacional, se leve à frente a segunda parte do organograma criado naquela oportunidade, com a efetiva instalação das delegacias regionais de ensino, que englobariam na sua jurisdição um número determinado de inspeções, desafiando, conseqüentemente, a burocracia existente numa Secretaria, em razão o volumoso número de funcionários.

Nós votamos favoravelmente ao projeto, pois ele atende efetivamente ao interesse de uma região. Mas ao lado deste voto favorável, desejaríamos que se fosse levado em consideração também a necessidade da atualização da divisão administrativa do Paraná no setor da educação. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em discussão o Projeto de Lei no. 65/77. Encerrada a discussão. Em votação. APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 81/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 70/77, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina, órgão destinado a julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e das demais praças com estabilidade nos quadros da Corporação. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.P.; por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 81/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — O Conselho de Disciplina é destinado a julgar da incapacidade do Aspirante a Oficial PM e das demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná com estabilidade assegurada para permanecerem na ativa, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

Parágrafo Único — O Conselho de Disciplina pode, também, ser aplicado ao Aspirante a Oficial PM e às demais praças da Polícia Militar, regimentos ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Art. 2o. — É submetido a Conselho de Disciplina "ex-officio", o policial-militar referido no Art. 1o. e seu parágrafo único:

- I — acusado oficialmente por qualquer meio lícito de comunicação social de ter:
 - a) — procedido incorretamente no desempenho do cargo;
 - b) — tido conduta irregular; ou
 - c) — praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe.

II — afastado do cargo, na forma da legislação vigente, por se tornar incompatível com o mesmo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais-militares, a ela inerente, salvo se o afastamento é decorrência de fatos que motivem sua submissão a processo;

III — condenado por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em tribunal civil ou militar, a pena restritiva de liberdade individual até 2 (dois) anos, tão logo transite em julgado a sentença; ou

IV — pertencente a partido político ou associação, suspensos ou dissolvidos por força de disposição legal ou decisão judicial, ou que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

Parágrafo Único. É considerado entre outros, para os efeitos desta Lei, pertencente ao partido ou associação a que se refere este artigo, o Aspirante a Oficial ou a praça da Polícia Militar, que ostensiva ou clandestinamente:

- a) — estiver inscrito como seu membro;
- b) — prestar serviços ou angariar valores em seu benefício;
- c) — realizar propaganda de suas doutrinas; ou
- d) — colaborar, por qualquer forma, mas sempre de modo inequívoco ou doloso, em suas atividades.

Art. 3o. — O policial-militar ao ser submetido a Conselho de Disciplina, é afastado do exercício de suas funções.

Art. 4o. — A nomeação do Conselho de Disciplina, por deliberação própria ou por ordem superior, é da competência do Comandante-Geral da Corporação.

Art. 5o. — O Conselho de Disciplina é composto por 3 (três) oficiais da Corporação.

§ 1o. — O membro mais antigo do Conselho de Disciplina, no mínimo um oficial intermediário, é o presidente; o que lhe segue em antiguidade é o interrogante e relator, e o mais moderno, o escrivão.

§ 2o. — Não podem fazer parte do Conselho de Disciplina:

- a) — o oficial que formulou a acusação;
- b) — os oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e
- c) — os oficiais que tenham particular interesse na decisão do Conselho de Disciplina.

Art. 6o. — O Conselho de Disciplina funciona sempre com a totalidade de seus membros, em local onde a autoridade nomeante julgar melhor indicado, para a apuração do fato.

Art. 7o. — Reunido o Conselho de Disciplina, convocado previamente por seu presidente, em local, dia e hora designados com antecedência, presente o acusado, depois de prestado o compromisso legal, o presidente manda proceder à leitura e à atuação dos documentos que constituíram o ato de nomeação da Comissão; em seguida, é ordenada a qualificação e o interrogatório do acusado, o que é reduzido a auto, assinado por todos os membros do Conselho e pelo acusado, fazendo-se juntada de todos os documentos por este oferecidos.

§ 1o. — A fórmula de compromisso do presidente é: "Prometo examinar com imparcialidade os fatos que forem submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina". Os demais membros dirão: "Assim o prometo".

§ 2o. — Quando o acusado é praça da reserva remunerada ou reformado e não é localizado ou deixa de atender à intimação por escrito para comparecer perante o Conselho de Disciplina:

- a) — a intimação é publicada em órgão de divulgação na área de domicílio do acusado, durante 3 (três) dias; e
- b) — o processo corre à revelia, se o acusado não atender à publicação.

Art. 8o. — Aos membros do Conselho de Disciplina, é lícito reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

Art. 9o. — Ao acusado é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Disciplina fornecer-lhe o libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

§ 1o. — O acusado, salvo revelia, deve ser intimado a comparecer a todas as sessões do Conselho de Disciplina, exceto à sessão secreta de deliberação do relatório.

§ 2o. — Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção perante o Conselho de Disciplina, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar.

§ 3o. — As provas a serem realizadas mediante carta precatória, são efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar.

§ 4o. — O processo é acompanhado por um oficial:

- a) — indicado pelo acusado quando este o desejar, para orientação de sua defesa; ou

b) — designado pelo Comandante-Geral da Corporação, nos casos de revelia.

Art. 10 — O Conselho de Disciplina pode inquirir o acusador ou receber por escrito sua acusação, ouvindo a respeito o acusado.

Art. 11 — O Conselho de Disciplina dispõe do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório.

Parágrafo Único — O Comandante-Geral da Corporação, por motivos excepcionais, pode prorrogar até 20 (vinte) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos.

Art. 12 — Realizadas todas as diligências, o Conselho de Disciplina passa a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido.

§ 1o. — O relatório, elaborado pelo escrivão e assinado por

todos os membros do Conselho de Disciplina, deve decidir se o policial-militar:

a) é, ou não, culpado da acusação que lhe foi feita; ou
b) no caso do item III, do Art. 2o., levados em consideração os preceitos de aplicação da pena prevista no Código Penal Militar, está ou não incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 2o. — A decisão do Conselho de Disciplina é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 3o. — Quando houver voto vencido, é facultada sua justificação por escrito.

§ 4o. — Elaborado o relatório, com um termo de encerramento, o presidente do Conselho de Disciplina remete o processo ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 13. — Recebidos os autos do processo do Conselho de Disciplina, o Comandante-Geral, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, aceitando ou não seu julgamento, e neste último caso, justificando os motivos de seu despacho, determina:

I — o arquivamento do processo, se não julga o policial-militar culpado ou incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade;

II — a aplicação da pena disciplinar, se considera contravenção ou transgressão disciplinar, a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado;

III — a remessa do processo ao auditor competente, se considera crime, a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado; ou

IV — a exclusão a bem da disciplina, se julga culpado o policial militar submetido a Conselho de Disciplina pelos itens I, II e IV do Art. 2o. desta Lei;

V — a remessa do processo ao Governador do Estado para a efetivação da reforma se, pelo crime cometido, previsto no item III, do Art. 2o. desta Lei, considera que o policial-militar está incapacitado para permanecer na ativa ou na situação de reserva remunerada.

§ 1o. — O despacho que determinar o arquivamento do processo, sob a forma de Portaria, será publicado no Boletim do Comando-Geral da Corporação e transcrito para o cadastro funcional do policial-militar.

§ 2o. — A reforma do policial-militar é efetuada no grau hierárquico que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 14 — O acusado ou, no caso de revelia, o oficial que acompanhou o processo, pode interpor recurso da decisão do Conselho de Disciplina ou da solução posterior do Comandante-Geral da Corporação.

Parágrafo único — O prazo para interposição de recursos é de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação do despacho referido no § 1o, do Art. 13 desta lei.

Art. 15 — Cabe ao Governador do Estado, em última instância, no prazo de 20 (vinte) dias, julgar os recursos que forem interpostos nos processos oriundos dos Conselhos de Disciplina.

Art. 16 — Aplicam-se a esta lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar.

Art. 17 — Para os efeitos desta lei, o prazo de prescrição será de seis anos, aplicável, no que couber, o disposto no Código Penal Militar.

Art. 18 — O Comandante-Geral da Polícia Militar, baixará as instruções complementares necessárias à execução desta lei.

Art. 19 — O parágrafo único do Art. 294, da Lei no. 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar), passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único. O Aspirante-a-Oficial e as demais praças com estabilidade presumida somente serão excluídos em virtude de decisão judicial ou com base no julgamento de Conselho de Disciplina".

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 81/77

O presente projeto de lei originário da Mensagem Governamental 70/77, tem por finalidade instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina e dá outras providências.

Justificando a proposta, aduz S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que a medida legal proposta, vem de encontro aos superiores interesses da Administração, suprimindo lacuna existente na legislação atual da Polícia Militar do Estado. Por outro lado, argumenta, que o plano de lei se alicerça em estudos decorrentes da orientação emanada da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado Maior do Exército, e se enquadra com o Decreto Federal no. 71.500, de 05/12/72, que dispõe sobre as atividades e funcionamento do Conselho de Disciplina das Forças Armadas.

Legal e constitucionalmente, a matéria não encontra obstáculo algum que possa impedir o seu trâmite normal por esta Casa.

Da análise do projeto que ora é submetido à consideração desta Casa, temos que o mesmo, efetivamente, através dos seus 20 Artigos, irá estabelecer pelo Conselho de Disciplina, o julgamento da incapacidade do Aspirante a Oficial PM, e demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, com estabilidade assegurada para permanecerem na ativa, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

A medida proposta, de fato, trará inúmeros benefícios à classe policial militar do Paraná e, por certo evitará, na sua plena vigência, que abusos que ora são cometidos por elementos incapacitados que se incorporam à PM, venham denegrir o conceito dos mais elevados da valorosa e tão prestativa classe, que muito tem a dever à comunidade de nosso Estado.

Com isso manifestamos nosso parecer Favorável do Projeto de Lei no. 81/77, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei no. 81/77

O presente projeto de lei objetiva instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina, com encargo de julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial e dos demais praças da Polícia Militar, cuja conduta esteja sob suspeição.

O Conselho de Disciplina pode, ainda, ser aplicado aos integrantes daqueles postos que se encontram reformados ou na reserva remunerada.

É objeto de apreciação pelo Conselho, entre outras atribuições:

Julgar os acusados oficialmente, ou através dos meios de comunicação social; aos que hajam procedido de modo incorreto no desempenho do cargo; aos que tenham tido conduta irregular ou praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe.

O projeto regula ainda o funcionamento do Conselho e dá outras providências.

Na justificação, aduz o Sr. Governador que o projeto de lei consubstancia o resultado de estudos decorrentes de orientação emanada da Inspeção Geral das Polícias Militares, Órgãos do Estado Maior do Exército, e de que, a medida está em consonância com o Decreto Federal 71.500, de 05/12/72, dispositivo que regula as atribuições e funcionamento do Conselho de Disciplina das Forças Armadas.

Trata-se sem sombra de dúvida, de medida de alta significação para o aperfeiçoamento das atividades da Polícia Militar

e que propiciará a elevação do seu conceito através do saneamento das suas fileiras dos elementos cuja conduta sejam incompatíveis, e a qual, diga-se de passagem, já goza de boa reputação.

Nestas condições, julgamos que o projeto deve ser acolhido por esta Casa e, na esfera de atuação desta Comissão, a nossa opinião é de que merece aprovação.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1977.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Aguinaldo Pereira Lima, Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 88/77, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a Associação do Roupeiro de Santa Rita de Cássia, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 88/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DO ROUPEIRO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, com sede à rua Bernardino de Campos, s/no., na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1977

(a) GABRIEL SAMPAIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 88/77

O presente projeto de lei no. 88/77, de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, tem por finalidade declarar de utilidade pública, a Associação do Roupeiro de Santa Rita de Cássia, com sede na cidade de Maringá.

A documentação que acompanha o processo, bem como o relatório das atividades da entidade, demonstram o preenchimento das condições legais para a sua declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 102/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "Coral Bento Mossurunga" com sede e foro na cidade de União da Vitória. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 102/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o CORAL BENTO MOSSURUNGA, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

O Coral Bento Mossurunga, da cidade de União da Vitória, é uma entidade civil sem finalidades lucrativas, e cujo objetivo é a divulgação e o ensino da cultura, através do canto coral.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais, para que o Poder Público possa considerá-lo de utilidade pública.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 102/77

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o Coral Bento Mossurunga, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Sem dúvida, a entidade acima aludida, presta relevantes serviços à sua comunidade, no que se refere à prática e ao desenvolvimento da música coral, de maneira desinteressada e sem fins lucrativos. Os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração, preenchendo, assim, todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Não existe nenhum impedimento de ordem constitucional que possa obstar a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 103/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a Associação dos Advogados de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 103/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE LONDRINA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Advogados de Londrina é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída em 04 de dezembro de 1965, achando-se registrada sob o no. 252, no Livro A-1, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Pela Lei Municipal no. 2759, de 27 de maio de 1977, foi reconhecida de utilidade pública pelo Município de Londrina

Sua diretoria não recebe qualquer tipo de reumeração (art. 26, § 1o, dos estatutos) e no caso de sua dissolução seu patrimônio será destinado à entidade congênere ou a uma instituição de caridade (art. 49 dos estatutos).

Vem cumprindo os objetivos a que se propôs, reunindo assim todas as condições necessárias para obter o reconhecimento que ora se pretende.

Por tais razões, esperamos que os nobres Pares desta Casa ofereçam seu apoio ao presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 103/77

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, tem por finalidade o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação dos Advogados de Londrina, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Do exame do processo verifica-se que a documentação que o instrui preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual e federal reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 111/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o Instituto Belém de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Ivaiporã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 111/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO BELÉM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na cidade de Ivaiporã.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Belém de Assistência Social, da cidade de Ivaiporã, considerada de utilidade pública, conforme Lei Municipal no. 151/71, de 13 de agosto de 1973, é uma associação civil, de assistência e promoção social, constituindo uma obra filiada e mantida pela Fundação do mesmo nome, com finalidade de manter assistência integral aos necessitados, através da concessão de auxílios, remédios, pousadas, aconselhamento e orientação aos casos, sendo justo portanto, o seu reconhecimento de utilidade pública, para o que se espera a acolhida dos nobres Pares, por ser de justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 111/77

De autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, tem por finalidade o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o Instituto Belém de Assistência Social, com sede na cidade de Ivaiporã, neste Estado.

Examinando-se o processo, verificou-se que a documentação anexa contém todas as condições exigidas pela legislação estadual e federal referente à matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 114/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de utilidade pública a Fundação do Bem-Estar do Menor, da cidade de Jacarezinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 114/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública, a FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DO MENOR, de Jacarezinho.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1977.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende clarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria.

A cópia dos estatutos da entidade, que anexamos ao presente, estampam as suas finalidades, as quais por si só, dizem da justeza em reconhecê-la de utilidade pública.

Isto exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 114/77

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, objetiva declarar de utilidade pública a Fundação do Bem-Estar do Menor, de Jacarezinho.

O projeto está regimentalmente acompanhado de justificação, demonstrando a conveniência e oportunidade da medida pleiteada.

A documentação que instrui e está anexada ao projeto demonstrá que a entidade a ser beneficiada preenche os requisi-

tos legais necessários à sua declaração como de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação do projeto, por ser o mesmo constituticional e não contrariar qualquer disposição legal.

É o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Nelson Buffara, Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 119/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a entidade denominada de "Assistência Social e Educacional O Brasil para Cristo", com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 119/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública a entidade denominada "ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL O BRASIL PARA CRISTO", com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1o. de setembro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 03 de março de 1974, na cidade de Paranaguá, a "Assistência Social e Educacional O Brasil para Cristo". vem prestando relevantes serviços em prol dos necessitados, além de fornecer meios para subsistência pessoal, tem contribuído com a formação cultural de muitos através de cursos que patrocina.

A declaração de utilidade pública se constitui, portanto, no reconhecimento ao desinteressado trabalho que realiza.

Assim, esperamos contar com o imprescindível apoio dos eminentes Deputados para a transformação do presente projeto em Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 119/77

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a entidade denominada "Assistência Social e Educacional O Brasil para Cristo", com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado.

Analisando-se o processo, verificamos que a documentação apresentada contém todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual pertinente à matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 123/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 106/77, encaminhando ante-projeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 123/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei no. 6639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

UNIDADE: ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
 FUNÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 PROGRAMA: PROGRAMAS INTEGRADOS
 SUBPROGRAMA: PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
 ATIVIDADE: ATENDIMENTO A PROJETOS
 E ATIVIDADES ESPECIAIS
 DOTAÇÃO: 2301.07401832.335
 3.0.0.0: DESPESAS CORRENTES
 3.2.0.0: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
 3.2.1.0: Subvenções Sociais

Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar

. Cr\$ 3.000.000,00

Art. 2o. — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei no. 6843, de 02 de dezembro de 1976 — Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1977.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 123/77

Oriundo de Mensagem Governamental objetiva o presente plano de lei abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

O projeto em questão vem articulado e justificado na Mensagem que o acompanha, obedecendo, desta forma, o que determina o art. 123, do Regimento Interno.

A presente iniciativa, por outro lado, não apresenta qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional, que possa prejudicar a sua tramitação.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos os argumentos constantes da referida Mensagem.

Assim pois, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de lei ora em exame.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1977.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Maurício Fruet, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei no. 123/77

Esta Comissão, ao examinar o fundamento da disposição do projeto supra, que, solicita a abertura de Crédito Especial, no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, para fins de atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência Social - FEPPA, é pela APROVAÇÃO do mesmo, visto o referido projeto estar fundamentado na necessidade e ser oriundo do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Lúcio Machado, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo Marrez, ocorrido nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, formulando apelo para que seja incluída no Plano Rodoviário Estadual, a pavimentação asfáltica da BR-163, trecho Capanema-Medianeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de cópia do pronunciamento feito pelo autor, aos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda e Indústria e Comércio, como autoridades de cujo

trabalho conjunto poderia brotar uma política mais coerente de defesa ao consumidor. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valter Pietrângelo, Renato Bernardi, Jorge Sato e Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Grêmio de Esportes de Maringá, pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol de 1977. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, consubstanciado em denúncia e apelo à SANEPAR, no tocante ao abastecimento de água envenenada conseguida através de poços domésticos no Bairro Alto do Atuba, e reivindicando que o referido órgão proceda, com emergência, a extensão de rede de água potável, para atender os moradores daquele bairro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN, no sentido de que sejam dadas condições de segurança ao tráfego de veículos no trecho da Avenida das Torres. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, em forma de pedido de informações referente à distribuição de aulas do Ginásio Estadual "Nestor Victor", do Município de Pérola. — APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência procederá, na forma regimental, verificação de votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se (Pausa) Não há quorum para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, consubstanciado em apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja reparada uma das mais brutais injustiças do quadro do funcionalismo estadual, no que se refere ao Quadro Suplementar, composto por 5.666 servidores. — Encerrada a discussão.

Expediente firmado pelo Sr. Governador do Estado constante do expediente, solicitando autorização para que o Sr. Vice-Governador do Estado possa ausentar-se do País por aproximadamente sessenta dias, a partir do dia 12 do corrente mês, a fim de realizar na Alemanha Ocidental, curso intensivo de administração pública, destinado às autoridades brasileiras, promovido pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional e às expensas desta. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 63/77, 65, 81, 88, 102, 103, 111, 114, 119 e 123/77.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 109/77.

DECRETOS:

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 627/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8916, de 13 de setembro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

atribuir ao funcionário TABAJARA MARTINS, matrícula no. 073, ocupante do cargo de nível PL "16" da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, função F-5, de Motorista, do Gabinete da 1.a Vice-Presidência, a partir de 1o. de agosto de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 628/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 7376, de 02 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2o., da Lei no. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GABRIEL QUESADA FILHO, matrícula no. 069, ocupante do cargo de nível PL "28" da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 629/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8382, de 26 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, a RUI FRANCISCO GABARDO, matrícula no. 605, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1973, e igual data de 1977, antecipada em razão da incorporação de seu 1o. decênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 630/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 7694, de 08 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MYRIAN CORREIA MONTANHA TEIXEIRA, matrícula no. 439, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafa, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2o. da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, do tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1976, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248 da citada Lei no. 6174, ao seu acervo de serviço público, do tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 30 de janeiro de 1973 e 30 de janeiro de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171 da Lei no. 6174, a partir de 30 de maio de 1977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao

sexto quinquênio, e das férias referentes a 1976, contadas em dobro, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez (10) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1977

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 631/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 7826, de 11 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar, ex-officio, o Decreto Legislativo no. 466, de 15 de junho de 1976, item II, que concedeu acréscimo quinquenal em favor de TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, matrícula no. 135, ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o acréscimo concedido pelo mesmo é a partir de 12 de agosto de 1973, e não como consta naquele ato;

II — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 12 de agosto de 1973, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento; e,

III — conceder o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei no. 6174, a partir de 12 de fevereiro de 1977, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 632/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os nos. 8410/77 e 8875/77, respectivamente de 26 de março de 1977 e 12 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 29, da Lei no. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SÉRGIO ANTÔNIO SOUTO, matrícula no. 087, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1976, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei no. 6174, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio compreendido entre 27 de abril de 1962 a 27 de abril de 1972; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da Lei no. 6174, a partir de 27 de setembro de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 633/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8262, de 23 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PÔNCIO, matrícula no. 215, ocupante do cargo de nível PL "19" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 01 de janeiro de 1964, a 01 de novembro de 1973, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1965, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei no. 6174, a partir de 01 de maio de 1977, data em que, em virtude da incorporação correspondente ao primeiro decênio, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente.

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 634/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8110, de 19 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, nos termos do Art. 248, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LUMIR AMORIM PEREIRA, matrícula no. 249, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de junho de 1971 a 01 de junho de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO No. 635/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8495, de 30 de agosto de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2o., da Lei no. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GERSON NEMES, matrícula no. 506, ocupante do cargo de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA No. 716/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9393, de 23 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário IVES PONESTKE, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto do Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1.a Secretaria, no período compreendido entre 1o. de abril a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 717/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9396, de 26 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, do funcionário LEONILDO MARCHIORO, matrícula no. 376, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, nível PL "22", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 718/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9564, de 29 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar ANTÔNIO CARLOS DANTAS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, matrícula no. 304, para secretariar a Comissão Especial que se refere a Portaria no. 711/77, de 27 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 719/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9587, de 30 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE, matrícula no. 295, ocupante do cargo de nível PL "20" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 720/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do protocolo sob o no. 9358, de 22 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário LEÔNIDAS ANTÔNIO RODRIGUES DIAS, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Alfredo Gulín, no período compreendido entre 23 de setembro a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 721/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9287, de 21 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, a prestar setenta (70) horas extras mensais, no período compreendido entre 11 de julho a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 722/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9545, de 28 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária MARIA ANGÉLICA MOREIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fidecino Tolentino, no período compreendido entre 21 de setembro a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 723/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9570, de 29 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária MARIA LYDIA RATZK, matrícula no. 539, ocupante do cargo de nível PL "20" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 03 de outubro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 724/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9566, de 29 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária ALBA LYGIA ARAUJO E GARCIA, matrícula no. 111, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "28", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 725/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9531, de 28 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

BRÍGIDA LOBO KOLAROWSKI — Mat. 556

JAHIR DELAGASSA — Mat. 075

ROSÁRIA CARDOSO DE LIMA — Mat. 225

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 726/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9444, de 27 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, da funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula no. 472, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 727/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 8928, de 13 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para 15 de dezembro de 1977, as férias concedidas pela Portaria no. 638/76 do funcionário contratado deste Poder, WILFRIED KOESTER.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 728/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9588, de 30 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria no. 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ROGÉRIO ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO - Mat. 495

JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELLA — Mat. 574.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 729/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 9581, de 29 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, a Portaria no. 310/77, na parte que se refere à designação da funcionária REGINA APARECIDA DO CREDDO PASSOS, para prestar serviços no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpeolini;

II — revogar, a pedido, a Portaria no. 557/77, que autorizou a referida funcionária a prestar serviço extraordinário; e,

III — designar a funcionária acima mencionada, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Deni Schwartz, do Movimento Democrático Brasileiro, no período compreendido entre 23 de setembro a 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA No. 730/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o no. 3893, de 04 de maio de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 637/76, do funcionário LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula no. 128, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral